

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL: NOVAS FRONTEIRAS EM ESTUDOS SOBRE EXTENSÃO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Coordenador: Guilherme de Queiroz Stein (IPEA)

Apresentadores: Ana Paula Moreira da Silva (IPEA); Marcelo José Braga (UFV), Rafael Faria de Abreu Campos (UFV), Lilian de Pellegrini Elias (Epagri)

Justificativa

Frente aos desafios associados à pobreza rural, à insegurança alimentar e à necessidade de promover modelos de desenvolvimento mais inclusivos e resilientes, o Brasil avançou, desde 2023, na reconstrução de políticas voltadas ao desenvolvimento rural, à segurança alimentar e à construção de sistemas agroalimentares sustentáveis. Nesse contexto, torna-se particularmente relevante compreender as capacidades, os mecanismos de implementação e os impactos multidimensionais dessas ações governamentais.

Reunindo pesquisas desenvolvidas pelo IPEA e instituições parceiras, esta sessão propõe um diálogo entre estudos quantitativos sobre a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Os trabalhos exploram dimensões ainda pouco investigadas na literatura especializada, utilizando bases de dados abrangentes e metodologias inovadoras para analisar dinâmicas relacionadas à inclusão produtiva, diversificação agrícola, autoconsumo alimentar, capacidades burocráticas e compras públicas. Além de avançar em debates substantivos sobre desenvolvimento rural, os trabalhos também contribuem para uma reflexão metodológica sobre a necessidade de ampliar a produção e o uso de dados quantitativos sobre o mundo rural brasileiro, ainda marcado por limitações informacionais significativas.

Assim, a sessão pretende contribuir para novas agendas de pesquisa e para o aprimoramento das políticas públicas em três direções principais: (1) o papel das ações estatais na construção de sistemas agroalimentares mais justos, equânimes e sustentáveis; (2) capacidades e estratégias de implementação de políticas de desenvolvimento rural; e (3) a necessidade de produzir mais dados e aperfeiçoar o uso de registros públicos para a gestão, avaliação e aprimoramento das políticas públicas.

1. Extensão rural para a agricultura familiar: reflexões acerca das categorias laborais presentes nas entidades extensionistas, uma perspectiva a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE) ¹

Ana Paula Moreira da Silva (IPEA)

Esse trabalho explora as categorias laborais presentes nas entidades que prestam serviços de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar. Partindo do argumento de que a presença e ausência dessas categorias são reflexos das mudanças institucionais ocorridas ao longo da trajetória das políticas de extensão rural no Brasil, o estudo especula sobre quais significados esses arranjos teriam no sentido prático. Pois, ao assumirmos que regramentos são instituições e são dinâmicos (Streeck; Thelen, 2005), analisar as entidades extensionistas pode permitir visualizar tendências ou processos em curso, além de como isso afeta os extensionistas ou as entidades que operam a prestação de serviços para atender a agricultura familiar.

No Brasil, a trajetória de institucionalização de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural começa com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais em 1948. Nas décadas seguintes ocorre a estruturação e capilarização das entidades extensionistas, então focadas na difusão de tecnologias voltadas ao modelo de modernização agrícola em voga no período. Os debates sobre outro modelo de extensão rural começam na década de 1980, acompanhando e se alimentando da efervescência das questões que surgiram no contexto da democratização e dos novos movimentos sociais emergentes na época. Nessa trajetória, a partir de 2003, com o Decreto 4.739/2003 que institucionaliza a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), há um direcionamento da atividade extensionista para atender à agricultura familiar e voltar-se à orientação agroecológica. Com a institucionalização da PNATER na Lei 12.188 de 2010, esses entendimentos tiveram alguns ajustes na forma de como repasses financeiros acontecem às entidades extensionistas e nos modelos de governança federal, mas mantiveram o foco da prestação do serviço voltada para a Agricultura Familiar (Caporal, 2014).

A partir de 2014, com o Decreto nº 8.252, surge a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) encarregada da implementação da Pnater, seu surgimento é seguido por período político conturbado que foi marcado pela falta de recursos financeiros (Brasil, 2025) e pelo desmonte das políticas voltadas à extensão rural (Nierdele *et al.*, 2023). O resultado foi que o projeto de extensão rural que estava em curso foi interrompido, sendo retomado a partir de 2023 (Alves *et al.*, 2024). Nessa retomada, um dos espaços de participação que se instituiu para acompanhar a implementação do novo modelo de extensão rural foi Comitê Permanente de Assistência Técnica e Extensão Rural (CP-ATER) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar (Condraf). O comitê nasce com a preocupação central de colocar em funcionamento um novo modelo extensão rural voltado à multiplicação de inovações para a promoção da agroecologia no campo. Nesse sentido, um tema recorrente nos debates dentro desse espaço são os/as trabalhadores e trabalhadoras de extensão rural, bem como as suas dificuldades e a precarização das condições contratuais e salariais. Essa pesquisa emerge nesse contexto, visando compreender o perfil dos extensionistas e das organizações em que trabalham a partir da investigação das categorias laborais presentes nas entidades que atuam na extensão rural no Brasil e da realização de um retrato social de seus trabalhadores.

¹ Equipe de Pesquisa: Ana Paula Moreira da Silva (TPP/IPEA); Taíse Mattei (Bolsista PNPDI/IPEA); Liza Uema (Analista Técnica de Políticas Sociais); Fábio Alves (Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental); Marcell Machado dos Santos (TPP/IPEA); Felipe Vella Pateo (TPP/IPEA).

Para a análise foi realizado um levantamento das organizações públicas estaduais, das entidades da sociedade civil e da iniciativa privada cadastradas como prestadoras de serviços de extensão rural junto a ANATER. A partir dessas informações foi utilizada, para verificação das entidades que possuíam vínculos ativos, a base de dados atualizada da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE), o que apontou 203 entidades com vínculos ativos em dezembro de 2024. Numa primeira rodada, desses dados foram utilizados para selecionar os indivíduos cadastrados como empregados nessas entidades categorizando-os como extensionista rural ou não extensionista. Para a categorização foram utilizadas as informações extraídas da RAIS sobre o enquadramento dos indivíduos quanto à Classificação Brasileira de Ocupações (CBOs). Isso foi operacionalizado com base em uma lista de profissionais da extensão rural disponibilizada pela Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Assistência Técnica, Extensão Rural e da Pesquisa do Setor Público Agrícola do Brasil (FAZER) e em uma seleção manual de CBOs que poderiam ser enquadradas como extensionistas.

Esse método resultou em 66 CBOs extensionistas e 6.780 vínculos empregatícios ativos em dezembro de 2024. As informações referentes a esses vínculos foram sistematizadas para caracterização socioeconômica das entidades e dos vínculos empregatícios dos profissionais da extensão rural. Esses dados foram discutidos em reunião do conselho deliberativo da FASER em abril de 2026, onde foi sugerida a recategorização dos profissionais enquadrados como não-extensionistas. A sugestão foi acolhida o que resultou em seis categorias laborais, cinco delas organizadas exclusivamente pelo método de seleção manual de CBOs e uma conforme metodologia já descrita anteriormente: i. Extensão Rural; ii. Extensão Social; iii. Administrativo; iv. Operacional; v. Pesquisadores; vi. Direção.

Os dados gerados estão sendo interpretados em dois níveis. Um em relação ao perfil socioeconômico dos profissionais que trabalham nas entidades extensionistas e outro no que se refere as categorias laborais atuantes em cada organização. Em ambos os casos buscando compreender como esses arranjos interferem nos modelos de governança e nos papéis das organizações na prestação de serviços de extensão rural no Brasil.

2. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Segurança Alimentar e Nutricional: uma análise da percepção do perfil alimentar dos agricultores²

Marcelo José Braga (UFV) & Rafael Faria de Abreu Campos (UFV)

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) tem assumido crescente relevância no debate científico e na agenda das políticas públicas, especialmente diante do aumento das desigualdades sociais, da pobreza e das dificuldades de acesso aos alimentos. No Brasil, a agricultura familiar possui papel estratégico na garantia do abastecimento alimentar e na sustentabilidade dos sistemas alimentares, sendo responsável por parcela significativa da produção de alimentos básicos consumidos pela população. Entretanto, limitações relacionadas ao acesso ao mercado, infraestrutura produtiva, assistência técnica e crédito ainda afetam as condições de produção e reprodução social das famílias agricultoras.

Nesse contexto, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) destaca-se como uma importante política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar e à promoção da SAN. Criado em 2003, o programa articula a compra institucional de alimentos produzidos pela agricultura familiar com ações de combate à insegurança alimentar e nutricional. Entre suas

² Equipe de pesquisa: Maritza Rosales (UFV – IPPDS), Regina Sambuichi (IPEA), Marcelo José Braga (UFV), Rafael F. de A. Campos (UFV), Gabriela Perin (IPEA), Guilherme de Queiroz Stein (IPEA), Gonimar Marques (UFV – IPPDS), Vinicius R. A. Pinto (CEFET-MG).

modalidades, a Compra com Doação Simultânea (CDS) ocupa posição central, ao integrar geração de renda, comercialização da produção e abastecimento alimentar de populações em situação de vulnerabilidade social.

Embora a literatura sobre o PAA seja ampla, grande parte dos estudos concentra-se nos efeitos econômicos e produtivos do programa ou na segurança alimentar dos beneficiários consumidores (Casagrande *et al.*, 2024; Perin *et al.*, 2021; Sambuichi *et al.*, 2024). Ainda são relativamente escassas as pesquisas que investigam a percepção dos próprios agricultores familiares fornecedores acerca de sua alimentação e de suas condições de SAN (Assis, Priore e Franceschini, 2017). Considerando que esses agricultores são simultaneamente produtores e consumidores de alimentos, compreender sua situação alimentar permite ampliar a compreensão sobre os mecanismos pelos quais políticas públicas de compras institucionais influenciam sistemas alimentares locais e o bem-estar das famílias rurais.

Dessa forma, este estudo analisa a percepção dos agricultores familiares sobre seu perfil alimentar e suas condições de SAN, considerando sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos, especialmente na modalidade Compra com Doação Simultânea (PAA-CDS). O trabalho examina aspectos relacionados à diversificação produtiva, ao autoconsumo, à qualidade da alimentação e às percepções dos agricultores sobre possíveis contribuições do programa para sua alimentação e renda.

O referencial teórico do estudo dialoga com a literatura sobre SAN, agricultura familiar, autoconsumo e políticas públicas de compras institucionais. Estudos recentes destacam que o PAA contribui para o fortalecimento da agricultura familiar, para a ampliação dos canais de comercialização e para a promoção de sistemas alimentares mais sustentáveis (Perin *et al.*, 2021). Além disso, a literatura aponta que o programa favorece a diversificação produtiva, o fortalecimento de circuitos curtos de comercialização e o autoconsumo de alimentos produzidos pelas próprias famílias agricultoras (Sambuichi *et al.*, 2024)... Esses elementos possuem relevância não apenas econômica, mas também nutricional, cultural e socioambiental, ao ampliar o acesso a alimentos frescos, diversificados e produzidos localmente (Assis; Priore; Franceschini, 2017; Becker; Anjos, 2010).

A pesquisa utilizou dados primários coletados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre 2021 e 2022, em levantamento nacional com agricultores familiares fornecedores e não fornecedores do PAA-CDS. A análise empírica baseou-se em testes estatísticos de diferenças de proporções e testes Qui-quadrado de Pearson, buscando identificar associações estatisticamente significativas entre participação no programa e variáveis relacionadas ao perfil produtivo e alimentar dos agricultores. O estudo privilegia uma interpretação associativa dos resultados, sem assumir relações causais estritas entre participação no programa e mudanças observadas nas condições alimentares.

Os resultados indicam que agricultores participantes do PAA-CDS apresentam maior incidência de produção diversificada, especialmente de hortaliças, verduras e frutas. Apesar de 66,3% dos agricultores manterem ou aumentarem a diversificação, 33,7% relataram uma diminuição da diversificação, sendo esse percentual menor em comparação aos agricultores não PAA (38,0%). Portanto, a redução da diversidade produtiva é relativamente mais frequente entre os agricultores que não participam do programa. Observou-se também menor frequência de redução da diversidade produtiva entre os participantes do programa, sugerindo que o PAA pode contribuir para estabilizar sistemas produtivos diversificados no âmbito da agricultura familiar. Esses resultados dialogam com estudos que destacam o papel do programa na ampliação da oferta de alimentos variados e na redução da dependência de monoculturas.

O autoconsumo mostrou-se prática amplamente difundida entre os agricultores familiares, independentemente da participação no programa. Contudo, agricultores participantes do PAA relataram maior incidência de autoconsumo associado à produção

destinada ao programa. Os agricultores destinam uma parcela importante da sua produção para o autoconsumo, mas os que participam do PAA relataram um autoconsumo maior associado à adesão ao programa. Os resultados sugerem que a ampliação da diversidade produtiva favorece não apenas a comercialização, mas também o acesso das famílias agricultoras a uma alimentação mais variada e baseada em alimentos frescos produzidos na própria unidade produtiva.

Em relação à qualidade da alimentação, os agricultores participantes do PAA apresentaram maior percepção de melhora alimentar associada ao aumento da renda, ao consumo próprio, à produção agroecológica ou orgânica e ao acesso a alimentos mais saudáveis. Além disso, os participantes relataram menor incidência de piora da alimentação, menor redução do número de refeições diárias e menor redução no consumo de proteínas animais quando comparados aos agricultores não participantes.

Os resultados também mostram que agricultores vinculados ao PAA apresentaram maior frequência de aumento no consumo de frutas, verduras e produtos típicos regionais, reforçando o papel do programa na valorização de sistemas alimentares locais e na preservação de práticas alimentares culturalmente enraizadas. Adicionalmente, observou-se menor incidência de manutenção do consumo de refrigerantes e doces entre os participantes do programa, sugerindo potencial contribuição do PAA para padrões alimentares relativamente mais saudáveis. Ou seja, a participação no programa mostrou-se um fato de proteção contra a deterioração da dieta, com menor incidência de redução no número de refeições diárias e no consumo de proteínas em comparação com os não participantes.

De maneira geral, os resultados indicam que o PAA-CDS atua não apenas como instrumento de geração de renda e comercialização agrícola, mas também como importante mecanismo de estabilização alimentar entre as famílias agricultoras. O programa fortalece estratégias de autoconsumo, amplia a diversificação produtiva e contribui para melhorar ou preservar as condições alimentares dos agricultores familiares, especialmente em contextos de vulnerabilidade econômica e instabilidade dos sistemas alimentares.

Conclui-se que políticas públicas de compras institucionais, como o PAA, desempenham papel estratégico para o fortalecimento da agricultura familiar, para a promoção da SAN e para a construção de sistemas alimentares mais resilientes e sustentáveis. Os resultados reforçam a importância da continuidade e fortalecimento dessas políticas públicas, sobretudo em contextos marcados por insegurança alimentar, desigualdades territoriais e vulnerabilidades socioeconômicas no meio rural.

3. Compras públicas saudáveis, sustentáveis e inclusivas da agricultura familiar: uma proposta de índice multidimensional para o PNAE³

Lilian de Pellegrini Elias - EPAGRI

3.1. Introdução e objetivos

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem a obrigatoriedade de destinar desde a lei nº 11.947/2009 pelo menos 30% dos recursos federais à aquisição de alimentos da agricultura familiar, a partir de 2026 o percentual passou para 45% (lei 15.226/2025). O programa é internacionalmente reconhecido por articular segurança alimentar e nutricional ao fomento produtivo da agricultura familiar (Elias; Marques; Diniz Oliveira, 2026; Sidaner; Balaban; Burlandy, 2013). Sua trajetória normativa recente evidencia um

³ Equipe de pesquisa: Lilian de Pellegrini Elias (EPAGRI), Henrique Holanda (Epagri/Cepa), Andressa Menegaz (Nutrição/UFSC).

adensamento contínuo de diretrizes orientadas a sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e inclusivos. O FNDE estabelece mínimos de alimentos in natura, máximos de ultraprocessados, hierarquias territoriais de seleção de fornecedores e públicos prioritários (mulheres, jovens, indígenas, quilombolas, assentados). Apesar desse adensamento normativo, a revisão integrativa de Elias *et al.* (2025) identifica que os avanços operacionais do PNAE se concentram na dimensão socioeconômica, sobretudo nos efeitos sobre a renda dos agricultores fornecedores (Elias *et al.*, 2019, 2024; Diniz Oliveira *et al.*, 2025), enquanto as dimensões nutricional, ambiental, cultural e de diversidade alimentar permanecem subexploradas.

Este trabalho apresenta uma proposta com dupla função. Em primeiro lugar, oferece um sistema de pontuação aplicável ex ante a seleção de fornecedores nas chamadas públicas, compatível com a hierarquia obrigatória do art. 36 da Resolução CD/FNDE nº 4/2026 e capaz de operacionalizar critérios socioambientais hoje subutilizados. Em segundo lugar, oferece um instrumento ex post de ranking público das Entidades Executoras (EEx) do PNAE, conforme seu desempenho nas dimensões saudável, sustentável e inclusivo, criando, por mecanismo de transparência, incentivos para que as compras evoluam progressivamente nas dimensões hoje menos atendidas. O objetivo específico do trabalho é: (i) construir um índice multidimensional de pontuação ancorado em referenciais técnico-normativos consolidados.

3.2. Referencial teórico

3.2.1. Sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e inclusivos

O referencial contemporâneo de sistemas alimentares articula as quatro etapas do sistema (produção, processamento, distribuição e consumo) com as dimensões econômica, social, ambiental e cultural (HLPE, 2017; Marsden; Morley, 2014). A Comissão EAT-Lancet (Rockström *et al.*, 2025; Willett *et al.*, 2019) consolidou um referencial científico para dietas simultaneamente saudáveis e sustentáveis, com ênfase em maior diversidade alimentar, predominância de alimentos in natura e drástica redução de ultraprocessados — diretrizes incorporadas pelas resoluções recentes do PNAE. Elias *et al.* (2025) sistematizam essa abordagem por meio de uma matriz que cruza etapas do sistema com as três dimensões normativas (saudável, sustentável, inclusivo), oferecendo instrumento heurístico para diagnosticar avanços e lacunas da política.

3.2.2. Compras públicas como instrumento de transformação

As compras públicas têm sido crescentemente reconhecidas como instrumento de governança capaz de mobilizar recursos para induzir transformações em sistemas alimentares (Sambuichi *et al.*, 2014; Swensson; Tartanac, 2020). No Brasil, os efeitos socioeconômicos do PNAE sobre a renda dos agricultores familiares fornecedores estão entre os achados mais consolidados da literatura. Elias *et al.* (2019) demonstraram, para Santa Catarina, multiplicadores de renda e emprego rural superiores a canais convencionais. Elias *et al.* (2024), em estudo de abrangência nacional, identificaram efeitos médios de aumento de renda de até 106%. Diniz Oliveira *et al.* (2025), com técnicas econométricas de identificação causal, confirmaram efeitos positivos significativos sobre renda e diversificação produtiva. Os efeitos sobre as demais dimensões, nutricional, ambiental, cultural, permanecem menos consolidados e mais heterogêneos entre territórios (Elias; Marques; Diniz Oliveira, 2026).

3.3. Metodologia

3.3.1. Arquitetura do índice multidimensional

A proposta preliminar do índice organiza-se em cinco dimensões, totalizando 100 pontos, com pesos hierarquizados conforme a robustez normativa de cada dimensão (Quadro 1).

3.3.2. Os dois usos do índice: priorização e ranking público

Uso ex ante (priorização de fornecedores). O índice fornece um sistema de pontuação aplicável às propostas de venda recebidas pelas entidades executoras nas chamadas públicas. Aplicado em conformidade com a hierarquia obrigatória do art. 36 da Resolução CD/FNDE nº 4/2026, opera como mecanismo qualitativo de desempate dentro de cada grupo territorial, sem alterar a sequência territorial obrigatória nem o conjunto de públicos prioritários expressamente previstos na norma. Sua função é operacionalizar critérios socioambientais hoje pouco utilizados, traduzindo as diretrizes do programa em pontuação objetiva e verificável documentalmente.

Uso ex post (ranking público das entidades executoras). Aplicado aos microdados das compras efetivamente realizadas, o índice produz um ranking anual das entidades executoras conforme seu desempenho multidimensional. O ranking público funcionaria como mecanismo de transparência.

Quadro 1 — Arquitetura do índice multidimensional

Dimensão	Peso	Variáveis e referência
Nutricional	25	Classificação AGA Recomendado / Outros / Restrito / Proibido (Martinelli <i>et al.</i> , 2016; 2026)
Ambiental	25	Orgânico certificado declarado (Lei nº 10.831/2003)
Sociocultural	15	Sociobiodiversidade (Portaria MAPA/MMA nº 10/2021) = 7 pts.; PANC (Kinupp; Lorenzi, 2014) = 5 pts.; regional (MS, 2015) = 3 pts.; subcritérios acumuláveis
Diversidade	15	Nº de produtos AGA - Recomendado distintos no município-ano (art. 21, Res. CD/FNDE nº 4/2026)
Econômico-territorial	20	Índice de Herfindahl-Hirschman (<i>HHI</i>) sobre fornecedores (10 pts.); proporção do valor adquirido localmente (10 pts.)

Fonte: elaboração própria.

3.4. Conclusões

A proposta aqui apresentada articula, em um mesmo arcabouço metodológico, dois movimentos complementares para tornar as compras públicas da agricultura familiar mais saudáveis, inclusivas e sustentáveis: a priorização ex ante de fornecedores nas chamadas públicas e o ranking público ex post das entidades executoras. A proposta tem três vantagens políticas relevantes. Primeiro, é viável sem mudança normativa imediata: a aplicação do índice como pontuação de desempate no edital depende apenas de decisão da entidade executora; o ranking público depende apenas de divulgação periódica pelo FNDE. Segundo, é compatível com o sistema atual: opera dentro da hierarquia obrigatória de seleção, sem alterar critérios já estabelecidos em lei. Terceiro, escala progressivamente: pode começar como instrumento experimental em entidades executoras inovadoras, como já ocorre em casos como o do governo

do estado do Paraná, gerar evidência empírica de impacto e, em seguida, ser incorporado a futuras revisões normativas do programa.

O trabalho contribui, em síntese, para a agenda de pesquisa sobre compras públicas e sistemas alimentares ao oferecer um instrumento quantitativo, replicável e normativamente fundamentado, aplicável tanto à avaliação ex post quanto ao desenho ex ante das compras públicas alimentares no Brasil. Atende também à demanda apontada por Elias, Marques e Diniz Oliveira (2026) por maior engajamento das ciências econômicas, da administração pública e do direito na agenda PNAE, campos disciplinares historicamente sub-representados na produção científica sobre o programa.

4. Referências

- ALVES, Fabio; SILVA, Ana Paula Moreira da; ZEN, Eduardo Luiz. Desenvolvimento rural. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**, DF: Ipea, n. 31. Brasília: Ipea, 2024.
- ASSIS, S. C. R. DE; PRIORE, S. E.; FRANCESCHINI, S. DO C. C. Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos Agricultores. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 22, n. 2, p. 617 -626, 2017.
- BECKER, C.; ANJOS, F. S. DOS. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, em municípios do Sul Gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 17, n. 1, p. 61 -72, 2010.
- BRASIL. Lei nº 12.180, de 11 de março de 2010. Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 mar. 2010^a.
- BRASIL. Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003. Transfere a competência que menciona, referida na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jun. 2003.
- BRASIL. Decreto nº 8.252, de 23 de maio de 2014. Institui o serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural -ANATER. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 mai. 2014.
- BRASIL. Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP). Relatório de Recomendações: Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). **Ciclo de Avaliação 2024-2025**. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento, [2025].
- CASAGRANDE, D. *et al.* *Public food procurement and production: Evidence of the food acquisition program in Brazil*. **Food Policy**, v. 126, 1 jul. 2024.
- CAPORAL, Francisco Roberto. Extensão rural como política pública: a difícil tarefa de avaliar. In: Sambuichi, R. H. R. *et al.* (Orgs.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas**. Brasília: IPEA, p. 19-48, 2014.
- DINIZ OLIVEIRA, T., PEREDA, P. C., ELIAS, L. P., & DURAN, A. C. *Socioeconomic effects of direct procurement from family farming in the Brazilian school feeding program*. **Discover Sustainability**, 6, 02396, 2025.
- ELIAS, L. P., BELIK, W., CUNHA, M. P. da, & GUILHOTO, J. J. M. Impactos socioeconômicos do PNAE na agricultura familiar de Santa Catarina. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 57(2), 215-233, 2019.

- ELIAS, L. P., MAGRO, J. P. S., CIRÍACO, J. S., & SILVA, S. P. Efeitos das compras públicas na renda de agricultores familiares no Brasil. **Texto para Discussão IPEA n. 3072**, Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2024.
- ELIAS, L. P., MARQUES, F. J., & DINIZ OLIVEIRA, T. *Mapping research associating Brazilian National School Feeding Program and its dietary and socioeconomic outcomes*. **Discover Sustainability**, 7, 02986, 2026.
- ELIAS, L. P., PERIN, G., SILVA, J. O., VIDIGAL, L., & MARQUES, F. J. Construção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e inclusivos através das compras públicas de alimentos da agricultura familiar: uma revisão integrativa. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 63, e286963, 2025.
- MARTINELLI, S. S., SOARES, P., FABRI, R. K., & CAVALLI, S. B. *Strategies for the promotion of healthy, adequate and sustainable food in Brazil: an evaluation framework*. **Public Health Nutrition**, 19(13), 2462-2471, 2016.
- NIEDERLE, Paulo *et al.* *Ruptures in the agroecological transitions: institutional change and policy dismantling in Brazil*. **Journal of Peasant Studies**, v. 50, n. 3, p. 931 -953, 2023.
- PERIN, G. *et al.* A evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Uma análise da sua trajetória de implementação, benefícios e desafios. **Texto para Discussão – IPEA n.2691**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 10 set. 2021.
- SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* *Public food procurement and food security: an assessment of the impacts of the PAA on family farming in Brazil*. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 63, p. 197 -225, jun. 2024.
- SAMBUICHI, R. H. R., GALINDO, E. P., PEREIRA, R. M., CONSTANTINO, M., & RABETTI, M. S. Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar. *In*: Sambuichi *et al.* (Org.), **Políticas agroambientais e sustentabilidade**: desafios, oportunidades e lições aprendidas. Brasília: IPEA, Brasília: IPEA, p. 75-104, 2014.
- SWENSSON, L. F. J., & TARTANAC, F. *Public food procurement for sustainable diets and food systems*. **Global Food Security**, 25, 100366, 2020.